



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL  
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

*PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO  
CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, PRINCÍPIOS  
INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITO TRIBUTÁRIO*

DATA: 11/05/2008

PONTO SORTEADO Nº 6

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**01ª questão – valor: 60 pontos**

O Presidente da República, em cumprimento ao disposto no art. 40, § 20, da Constituição da República, edita medida provisória instituindo o sistema nacional de previdência social, que, dentre outras medidas, cria um único órgão gestor em cada ente federado e determina que o Executivo adote as providências necessárias à sua regulamentação e imediata instalação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar de sua publicação.

O sistema nacional torna-se operativo e os órgãos de gestão são instalados. Ocorre que flui o prazo de 120 (cento e vinte) dias após a edição da medida provisória sem prorrogação ou conversão em lei, e sem que o Congresso Nacional tenha editado o decreto legislativo a que se refere o art. 62, § 3º, da Constituição da República.

Face à indiscutível importância do sistema, do aporte financeiro realizado e da expectativa criada nos segurados, a União insiste em aplicar a medida provisória na gestão do sistema e na disciplina dos benefícios previdenciários.

Considerando que logo após a edição da medida provisória foi ajuizada ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, cuja liminar pedida ainda não havia sido apreciada, pronuncie-se sobre os pontos relevantes da questão, inclusive o possível cabimento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, isto em razão do grande número de demandas individuais deflagradas em todo o País contestando o sistema.

RESPOSTA JUSTIFICADA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL  
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

*PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO  
CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, PRINCÍPIOS  
INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITO TRIBUTÁRIO*

DATA: 11/05/2008

PONTO SORTEADO Nº 6

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**02ª questão – valor: 40 pontos**

No Estado do Rio de Janeiro, um Prefeito Municipal, invocando a autonomia do Município e o exercício do seu poder regulamentar, edita decreto com o objetivo de regulamentar os parâmetros administrativos a serem observados, na esfera municipal, para a execução de lei estadual que dispôs sobre a proteção do meio ambiente em todo o território do Estado.

Em seu decreto, o Prefeito Municipal reconhece a omissão da lei estadual na proteção aos manguezais, que consubstancia um dos grandes problemas locais, e estende a regulamentação a essa temática. Sob outra ótica, o decreto destoa dos critérios legais por entender que as lagunas e as áreas estuarinas são áreas de preservação permanente, o que havia sido expressamente negado pela lei.

Analise os aspectos relevantes da questão e, em especial, a possibilidade de controle concentrado de constitucionalidade do decreto municipal pelo Tribunal de Justiça.

RESPOSTA JUSTIFICADA.

**BOA SORTE!**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL  
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

*PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO  
CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, PRINCÍPIOS  
INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITO TRIBUTÁRIO*

DATA: 11/05/2008

PONTO SORTEADO Nº 6

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**01ª questão – valor: 60 pontos**

A sociedade empresária Capadócia Ltda. celebrou contrato com o Estado do Rio de Janeiro cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza e conservação predial, pelo prazo de 12 (doze) meses.

Decorridos 04 (quatro) meses do ajuste, a contratada ingressa com requerimento administrativo solicitando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Argumenta, em síntese, que convenção coletiva de trabalho estabeleceu a majoração dos vencimentos dos empregados utilizados na prestação dos serviços.

O pleito é negado administrativamente, inclusive em sede recursal, e a interessada ajuíza mandado de segurança, utilizando-se dos mesmos argumentos expendidos no requerimento administrativo.

Intimada a prestar informações, a Autoridade Impetrada informa a existência de cláusula contratual expressa dispondo que toda discussão sobre o contrato deverá ser decidida mediante arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de Setembro de 1996, o que afasta a possibilidade de o Poder Judiciário decidir a questão nesse momento.

Pergunta-se:

- a) quais os institutos relacionados à preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da Administração e como seriam empregados para a solução do caso concreto? (valor: trinta pontos)
- b) quais os argumentos a favor e contra a admissibilidade de cláusulas de arbitragem em contratos da Administração Pública? (valor: trinta pontos)

RESPOSTA OBJETIVA E JUSTIFICADA (**NÃO** É NECESSÁRIA A FORMA DE PARECER).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL  
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

*PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO  
CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, PRINCÍPIOS  
INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITO TRIBUTÁRIO*

DATA: 11/05/2008

PONTO SORTEADO Nº 6

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**02ª questão – valor: 40 pontos**

Para atender despesa que fora definida como "secreta" e "urgente", autoridade da área da segurança pública autorizou o depósito de recursos públicos em conta aberta especificamente para este fim em nome de um servidor a ela subordinado, com vistas às contratações necessárias ao atendimento da finalidade de interesse público.

Tal depósito foi na quantia de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

A autoridade, em seu despacho, determinou que a movimentação de tal valor se desse por meio de dinheiro, sacando cheques dessa conta para cada contratação, esclarecendo, ainda, que as despesas miúdas, para as quais não haja possibilidade de obtenção de recibos, fossem relacionadas pelo responsável para serem visadas pela autoridade.

Tomando conhecimento de tal situação, o cidadão fulano representou ao Ministério Público, invocando violação às normas da Lei nº 8.666/93 e caracterização da postura como "improbidade administrativa", já que tal formato não observa as formalidades para celebração de contratos com o uso de recursos públicos.

Chamado a se manifestar, na qualidade de representante do Ministério Público, como opinaria o candidato?

RESPOSTA OBJETIVA E JUSTIFICADA (**NÃO** É NECESSÁRIA A FORMA DE PARECER)

**BOA SORTE!**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL  
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

*PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO  
CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, PRINCÍPIOS  
INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITO TRIBUTÁRIO*

DATA: 11/05/2008

PONTO SORTEADO Nº 6

**PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**01ª questão – valor: 40 pontos**

Ao ser intimado por oficial de justiça do conteúdo de uma sentença penal absolutória, o Promotor de Justiça interpõe recurso de apelação, reservando a oferta das respectivas razões para outro momento procedimental. Com a efetiva remessa dos autos para o oferecimento daquelas peças, outro Promotor de Justiça está em exercício no órgão de execução, em razão da remoção voluntária do anterior, e requer que o processo seja remetido àquele que, a seu ver, estaria vinculado para o oferecimento das razões. Além dessa vinculação, está este segundo membro em desacordo com a interposição do recurso, o que resta consignado nos autos. O juiz discorda do requerimento e, entendendo ter havido preclusão, devolve os autos ao Tribunal. Deparando-se com essa situação, o Procurador de Justiça, em sustentação oral na sessão de julgamento, após a manifestação da Defesa, pleiteia que seu pronunciamento seja recebido como razões recursais, o que é deferido pelo relator, seguindo-se o julgamento de mérito. Pronuncie-se sobre os pontos institucionalmente relevantes da questão.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

**02ª questão – valor: 30 pontos**

Tirante a hipótese de desarquivamento, a decisão de arquivamento de peça de informação (inclusive, eleitoral) promovida por um órgão de execução do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro pode ser revista extrajudicialmente? Em caso positivo, indique de qual(is) órgão(s) seria esta atribuição.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

**03ª questão – valor: 30 pontos**

Em caso de extinção de vara judicial junto à qual atua órgão de execução, o Promotor de Justiça que dele era titular se submete a qual situação funcional? Explique as possibilidades decorrentes dessa situação, com base nas garantias constitucionais e na disciplina normativa institucional.

O acréscimo ou supressão da competência do juízo alteram imediatamente a atribuição do órgão de execução?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

**BOA SORTE!**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL  
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

*PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO  
CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, PRINCÍPIOS  
INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITO TRIBUTÁRIO*

DATA: 11/05/2008

PONTO SORTEADO Nº 6

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

**01ª questão – valor: 100 pontos**

Em maio de 2005, determinado contribuinte teve contra si lavrado auto de infração em razão de não recolhimento de ITBI cobrado com base em alíquotas progressivas. Impugnado o lançamento, restou este mantido na esfera administrativa. Passados seis meses, não sendo ajuizada a respectiva execução fiscal e pretendendo o contribuinte discutir o lançamento, qual(is) a(s) medida(s) judicial(ais) cabível(eis) para a satisfação da sua pretensão? Seria necessária a garantia do juízo? Durante este período, o que poderia o contribuinte fazer para obter certidão negativa de débito?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

**BOA SORTE!**